

# PROGRAMA DE FORMAÇÃO

## POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS IMPLEMENTADOS – 2026

Atendendo ao disposto no **artigo 9.º** do anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 09 de dezembro, que estabelece o **Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC)**, bem como o disposto no **n.º 3 do artigo 13.º** da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o **Regime Geral da Proteção do Denunciante de Infrações (RGPDI)**, o Município de Mação assegura a realização de um Programa de Formação e Comunicação para a Integridade, de difusão do Programa de Cumprimento Normativo (PCN), aos eleitos locais, dirigentes e trabalhadores.

Área Temática	Organização e Gestão Pública
<b>Objetivos gerais</b>	Conhecer e compreender as políticas e procedimentos de prevenção da corrupção e infrações conexas implementados; Conhecer as obrigações decorrentes da aplicação da proteção dos denunciantes, bem como assegurar a não violação das mesmas.
<b>Objetivos específicos</b>	Desenvolver competências que permitam a correta articulação dos diversos instrumentos de prevenção da corrupção, bem como a utilização das metodologias mais adequadas, para assegurar a conformidade normativa no Município de Mação. Ministrando formação aos trabalhadores responsáveis pelo tratamento de denúncias.
<b>Duração</b>	7 horas
<b>Entidade Formadora Certificada</b>	Smart Vision – Assesores e Auditores Estratégicos, Lda.
<b>Local de Realização</b>	Município de Mação
<b>Público-Alvo</b>	1 sessão formativa, dirigida aos trabalhadores, a realizar no dia 14 de julho de 2026 (terça-feira); 1 sessão formativa, dirigida aos eleitos locais e dirigentes, a realizar no dia 15 de julho de 2026 (quarta-feira).

# PROGRAMA DE FORMAÇÃO

## POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS IMPLEMENTADOS – 2026

Área Temática	Organização e Gestão Pública
<b>Objetivos gerais</b>	Conhecer e compreender as políticas e procedimentos de prevenção da corrupção e infrações conexas implementados; Conhecer as obrigações decorrentes da aplicação da proteção dos denunciantes, bem como assegurar a não violação das mesmas.
<b>Objetivos específicos</b>	Desenvolver competências que permitam a correta articulação dos diversos instrumentos de prevenção da corrupção, bem como a utilização das metodologias mais adequadas, para assegurar a conformidade normativa no Município.
<b>Conteúdos Programáticos</b>	<p><b>I. Enquadramento geral:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024;</li><li>• Noção de “corrupção e infrações conexas”;</li><li>• Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC).</li></ul> <p><b>II. Regime Geral de Prevenção da Corrupção:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Âmbito de aplicação;</li><li>• Programa de Cumprimento Normativo e Responsável pelo Cumprimento Normativo;</li><li>• Medidas aplicáveis a entidades públicas;</li><li>• Sistema de Controlo Interno;</li><li>• Regime Sancionatório;</li><li>• Regime Contraordenacional;</li><li>• Inspeções-gerais e entidades equiparadas e inspeções regionais.</li></ul> <p><b>III. Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Gestão de Denúncias (entidades abrangidas, âmbito de aplicação, prazos, seguimento e tratamento de denúncias);</li><li>• Regime Sancionatório;</li><li>• Simulação da submissão de uma denúncia interna via canal de denúncias do Município.</li></ul> <p><b>IV. Nova Agenda Anticorrupção.</b></p>
<b>Referências Normativas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• ISO 37001:2025 (fev.) – Sistemas de Gestão Anticorrupção;</li><li>• Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro de 2019 relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União;</li><li>• Estratégia Nacional de Anticorrupção 2020-2024;</li><li>• Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 09 de dezembro;</li><li>• Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro;</li><li>• Lei n.º 94/2021, de 21 de dezembro;</li><li>• Decreto-Lei n.º 70/2025, de 29 de abril;</li><li>• Recomendações, orientações e diretivas do MENAC.</li></ul>
<b>Documentos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apresentação digital das ações formativas realizadas;</li><li>• Legislação de suporte;</li><li>• Certificados de Formação Profissional.</li></ul>